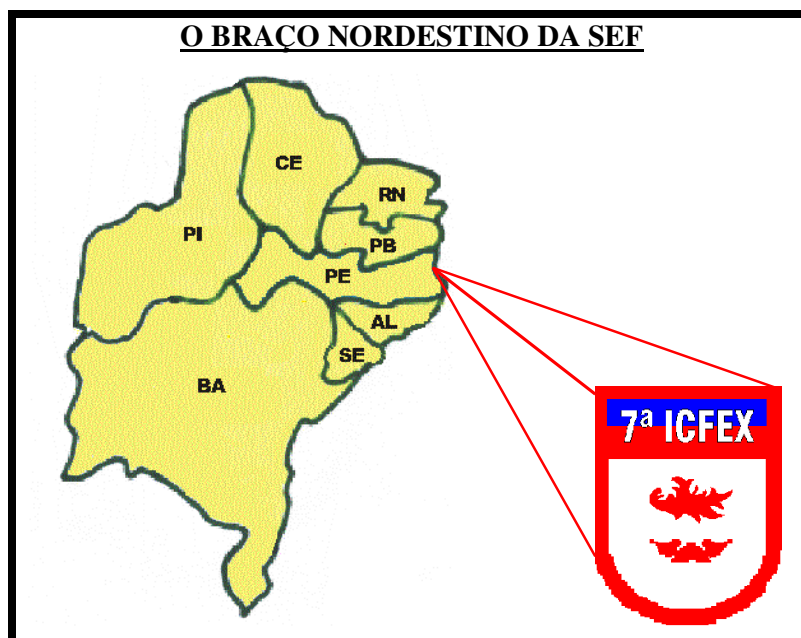




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 09
(30 DE SETEMBRO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Contratação Direta – Processo Administrativo – Orientação - TCU	2
“B”	- Empresas Licitantes Inidôneas para participar de Licitações	4
“C”	- Acompanhamento de Danos ao Erário quando instruído por outra UG	7
“D”	- Acompanhamento de Danos ao Erário quando inscrito na DAU	9
“E”	- Despesas com OCS/PSA	13
“F”	- Irregularidade no SICAF	15
“G”	- Pagamento de fatura do CPGF com dois Suprimentos de Fundos	17
“H”	- Informações dos CNPJ novos na GPS e GFIP/SEFIP	19

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 2	
----------	---	-------	--

ANEXO “A”

CONTRATAÇÃO DIRETA – Processo Administrativo – Orientações - TCU

Como já informado em publicações anteriores deste, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o livro “*Orientações Básicas de Licitações & Contratos, 3ª edição, ano 2006*”, o qual recomendamos a leitura pelos Agentes da Administração, em particular, pelos envolvidos diretamente nas atividades de aquisição de bens e serviços. A citada publicação contém informações sintéticas, objetivas e práticas sobre o tema *Licitações e Contratos*, inclusive com transcrições de decisões/acórdãos daquela Corte de Contas a cada assunto analisado. Assim sendo, julgamos oportuno publicar um breve resumo sobre a *contratação direta de bens e serviços*, contido na página 217 e seguintes:

1. A licitação é regra para a Administração Pública, quando compra ou contrata bens e serviços. No entanto, a lei apresenta exceções a essa regra. São os casos em que a licitação é legalmente *dispensada*, *dispensável* ou *inexigível*, prevista no comando de licitações, Lei nº 8.666, de 21 Jun 93. No caso de *dispensa*, a licitação é possível, por haver possibilidade de competição, mas não é obrigatória, enquanto na *inexigibilidade* não é possível a concorrência.

2. A contratação por meio de *dispensa* de licitação se faz por:

- licitação dispensada (art. 17); e
- licitação dispensável (art. 24).

3. O administrador deve ser cauteloso ao decidir-se pela contratação direta, pois a Lei de Licitações considera ilícito penal dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses descritas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes.

4. Os valores atuais que dispensam a realização de licitação são :

- obras e serviços de engenharia - até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); e
- compras e outros serviços - até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) .

5. Ainda, vale lembrar, que conforme previsão do § 2º, art 4º do Decreto nº 5.540, de Mai 05, as aquisição de bens e serviços por dispensa de licitação, deverão, preferencialmente, ser realizadas pelo sistema de cotação eletrônica.

6. Nas hipóteses acima, a UG deve observar:

- o valor relativo à estimativa da despesa deve corresponder ao total da compra ou do serviço, a fim de que o objeto da licitação não venha a ser fracionado para fugir de modalidade superior ou enquadrar-se na hipótese de dispensa;
- as obras, serviços e fornecimentos devem ser programados na sua totalidade, com previsão de custos atual e final e dos prazos de sua execução.

7. Feitas as considerações acima, vale transcrever o *roteiro* abaixo, o qual orienta na adoção do processo administrativo da contratação direta, conforme as seguintes situações práticas:

a. O processo administrativo de *dispensa de licitação em razão do valor* (art 24, Inc I e II, Lei nº 8.666, de 21 Jun 93)

- 1) solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto;
- 2) justificativa da necessidade do objeto;
- 3) elaboração da especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material, da quantidade a ser adquirida;
- 4) elaboração de projetos básico e executivo para obras e serviços, no que couber;
- 5) indicação dos recursos para a cobertura da despesa;
- 6) pesquisa de mercado junto a três fornecedores, sempre que possível;
- 7) anexação do original das propostas;

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	<i>Pág 3</i>	
----------	--	--------------	--

8) juntada do original ou cópia autenticada (ou conferida com o original) dos documentos de regularidade exigidos;

9) justificativa do preço;

10) elaboração de mapa comparativo de preço;

11) solicitação de amostra do produto de menor preço, se necessário;

12) autorização do Ordenador de Despesa;

13) emissão da nota de empenho ou documento equivalente;

14) inclusão de quaisquer outros documentos relativos à dispensa.

b. O Processo administrativo de contratação direta por *dispensa de licitação*, com base nos Inc III a XXIV do art 24, Lei nº 8.666, de 21 Jun 93, e por *Inexigibilidade de licitação*, com amparo do art 25 da mesma Lei, será instruído com os elementos previstos no art 26 do mesmo diploma

1) solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto;

2) justificativa da necessidade do objeto;

3) caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, se for o caso;

4) elaboração da especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material, da quantidade a ser adquirida;

5) elaboração de projetos básico e executivo para obras e serviços;

6) indicação dos recursos para a cobertura da despesa;

7) razões da escolha do executante da obra ou do prestador do serviço ou do fornecedor do bem;

8) anexação do original das propostas;

9) anexação do original ou cópia autenticada (ou conferida com o original) dos documentos de regularidade exigidos;

10) declaração de exclusividade expedida pelo órgão competente, no caso de inexigibilidade;

11) justificativa das situações de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, com os elementos necessários à sua caracterização, conforme o caso;

12) justificativa do preço;

13) pareceres técnicos ou jurídicos;

14) documento de aprovação dos projetos de pesquisa para aos quais os bens serão alocados;

15) autorização do Ordenador de Despesa;

16) comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, da dispensa ou da situação de inexigibilidade de licitação;

17) ratificação e publicação da dispensa ou da inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do processo pela autoridade superior;

18) inclusão de quaisquer outros documentos relativos à inexigibilidade;

19) assinatura de contrato ou documento equivalente.

8. As dispensas, exceto por valor, as situações de inexigibilidade previstos na Lei de Licitações, deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos, necessariamente justificados.

EXEMPLO: O Ordenador de Despesa de determinada UG tem o prazo de três dias para comunicar a autoridade superior a autorização para realização de determinada despesa, por sua vez, esta autoridade terá o prazo de cinco dias para ratificar a autorização e promover a publicação na imprensa oficial.

- Data da autorização do OD: 21 de julho de 2008.

- Data limite para a comunicação à autoridade superior: 24 de julho de 2008.

- Data limite para a referida autoridade promover a ratificação e realizar a publicação da despesa: 29 de julho de 2008.

(Transcrito do B Info Nº 08, de 29 Ago 2008, da 12ª ICFeX)

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	<i>Pág 4</i>	
----------------------	--	--------------	--

ANEXO “B”

EMPRESAS LICITANTES INIDÔNEAS PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES

Esta Inspeção recebeu da SEF, ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Brasília, 23 de setembro de 2008.

Of nº 113 - A/2 - CIRCULAR

Do: Subsecretário de Economia e Finanças

Ao: Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: empresas licitantes inidôneas

Ref: Portal do Tribunal de Contas da União

Anexo: - 01 (uma) relação de licitantes inidôneos

1. Versa o presente expediente sobre fornecedores declarados inidôneos para participarem de licitações realizadas pela Administração Pública federal.

2. Encaminho-vos a relação anexa para conhecimento e providências no sentido de publicá-la no Boletim Informativo do mês de setembro de 2008.

3. Informo-vos que não constam da relação anexa os nomes dos responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios e daqueles cujas apreciações estejam suspensas, em razão da interposição de alguns recursos com efeito suspensivo ou de decisão judicial neste sentido.

4. Informo-vos, ainda, que a relação anexa, atualizada pelo TCU em 11 de setembro de 2008, deverá ser objeto de análise no âmbito dessa Setorial Contábil, com o propósito de que sejam verificadas possíveis contratações por parte das UG vinculadas, o que ensejará, conforme o caso, respeitada a data de início da declaração de inidoneidade, a apresentação de justificativas pelas UG envolvidas.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

EMPRESAS LICITANTE INIDÔNEAS – T C U

Nome	CNPJ	Processo	Apreciação	Unidade	Período da Inidoneidade	
					De	Até
AA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	04.306.966/0001-02	012.921/2003-7	AC-50/2006-P	SECEX-SE	5/8/2006	5/8/2009
ADALBERTO DA SILVA BARRETO	15.585.565/0001-55	012.921/2003-7	AC-50/2006-P	SECEX-SE	18/3/2006	18/3/2009
CHIP SHOP DISTRIBUIDORA LTDA	86.513.694/0001-86	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	30/1/2007	30/1/2010
CIC - CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COM. LTDA	02.083.281/0001-19	800.106/1998-9	AC-683/2006-P	SECEX-AC	26/10/2006	27/10/2009
CIRÚRGICA CUNHA COMERCIAL LTDA	00.617.948/0001-90	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	27/1/2007	27/1/2010
COMERCIAL MARCEL LTDA	32.759.847/0001-40	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	27/1/2007	27/1/2010
COMERCIAL PEQUENO PREÇO LTDA	32.818.668/0001-37	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	27/1/2007	27/1/2010
CONSEL	41.581.695/0001-20	015.053/2001-9	AC-1323/2007-P	SECEX-CE	7/8/2007	7/8/2010
CONSTRUTORA CHAVEZ E RANGEL LTDA	04.153.192/0001-27	008.082/2004-5	AC-1264/2007-P	SECEX-MG	8/8/2007	8/8/2012
CONSTRUTORA CHAVEZ E RANGEL LTDA	04.153.192/0001-27	002.080/2004-3	AC-1133/2007-P	SECEX-MG	22/8/2007	22/8/2012
CONSTRUTORA CASTRO LUZ LTDA	04.092.442/0001-66	006.584/2002-1	AC-2082/2004-P	SECEX-MG	4/7/2006	4/7/2011
CONSTRUTORA CENTRO AMÉRICA LTDA	84.740.059/0001-06	019.919/2005-7	AC-480/2007-P	SECEX-RO	14/5/2007	15/5/2009
CONSTRUTORA IRMÃOS LTDA.	14.278.097/0001-03	800.106/1998-9	AC-683/2006-P	SECEX-AC	5/8/2006	6/8/2009
CONSTRUTORA MIRANTE LTDA	04.688.999/0001-64	012.435/2002-7	AC-478/2005-P	SECEX-MG	24/11/2007	24/11/2012
CONSTRUTORA SGS LTDA	02.915.899/0001-06	003.096/2004-8	AC-433/2008-P	SECEX-MG	12/7/2008	12/7/2013
CONSTRUTORA SOLAR LTDA	63.795.280/0001-91	019.919/2005-7	AC-480/2007-P	SECEX-RO	14/5/2007	15/5/2009
CRIMED COMERCIAL LTDA ME	02.558.008/0001-01	001.747/2004-2	AC-513/2005-P	SECEX-MS	12/12/2007	12/12/2009
ECLIPSE CONSTRUÇÕES LTDA	02.561.612/0001-89	003.136/2004-5	AC-343/2006-P	SECEX-MG	10/7/2008	10/7/2013
EDSON BEZERRA DA SILVA REPRESENTAÇÃO CARUARU-PE	03.130.681/0001-09	005.805/2003-8	AC-1569/2006-P	SECEX-PE	16/10/2007	16/10/2012
EMPRESA DISPENSA DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL, SV E REPRESENTAÇÕES LTDA.	01.588.747/0001-75	013.628/1999-2	AC-1235/2004-P	SECEX-SE	5/11/2004	5/11/2009
ENGEMINAS CONSTRUÇÕES LTDA	03.217.907/0001-03	002.080/2004-3	AC-1133/2007-P	SECEX-MG	8/7/2008	8/7/2013
EUGÊNIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	63.639.488/0001-11	013.722/1999-9	AC-1691/2003-P	SECEX-RR	24/5/2007	24/5/2009
EXIT COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	84.842.822/0001-00	012.687/2004-0	AC-898/2007-P	SECEX-PR	15/11/2007	15/11/2012
HEMIR CONTRUÇÃO	00.550.618/0001-25	013.722/1999-9	AC-1691/2003-P	SECEX-RR	1/7/2008	1/7/2010
INDÚSTRIA E COM. DE MASSAS ALIMENTÍCIAS TRIGAL LTDA ME	74.140.302/0001-00	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	27/1/2007	27/1/2010
INTEC INSTALAÇÕES TÉCNICAS DE ENGENHARIA LTDA	04.395.273/0001-33	013.722/1999-9	AC-1691/2003-P	SECEX-RR	3/7/2008	3/7/2010
JCR LEITE - ME	37.488.988/0001-90	005.052/2002-6	AC-1262/2007-P	SECEX-SC	30/8/2007	30/8/2009
JONAS ALVES NETO	14.353.544/0001-41	000.543/1999-3	AC-1367/2005-P	SECEX-AC	16/11/2005	16/11/2010
KROL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	00.415.565/0001-30	000.543/1999-3	AC-1367/2005-P	SECEX-AC	16/11/2005	16/11/2010
LM FORMULÁRIOS	32.861.858/0001-37	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	27/1/2007	27/1/2010
MD COMÉRCIO & REPRESENTAÇÕES LTDA	04.264.645/0001-92	012.921/2003-7	AC-50/2006-P	SECEX-SE	18/3/2006	18/3/2009
MÍDIA 3 SOLUÇÕES PARA INTERNET	03.690.359/0001-26	016.224/2001-2	AC-100/2003-P	SECEX-6	1/9/2007	2/9/2010

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 6	
----------	---	-------	--

P G VILARINO & CIA LTDA	01.181.207/0001-72	004.357/2002-4	AC-295/2005-P	SECEX-TO	1/6/2005	1/6/2010
PLUS DISTRIBUIDORA LTDA.	01.070.964/0001-79	000.543/1999-3	AC-1367/2005-P	SECEX-AC	13/6/2007	13/6/2012
ROTA MÁRMORES	35.355.999/0001-76	005.672/2000-5	AC-782/2004-P	SECEX-PE	17/9/2004	17/9/2009
S.E. COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	01.696.481/0001-84	006.239...	AC-2105/2006-P	SECEX-SE	27/1/2007	27/1/2010
SIGMA ENGENHARIA LTDA.	84.301.001/0001-66	800.106/1998-9	AC-683/2006-P	SECEX-AC	29/9/2006	30/9/2009
SOUTO BRANDAO LTDA.	02.067.931/0001-32	010.941./2004-9	AC-23412006-P	SECEX-MG	20/6/2007	20/6/2012
TERA BRASIL LTDA.	04.490.291/0001-02	016.224/2001-2	AC-100/2003-P	SECEX-6	10/9/2007	11/9/2010
TOP SYSTEMS CONSULTORIA DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO LTDA.	01.241.859/0001-55	016.224/2001-2	AC-100/2003-P	SECEX-6	1/9/2007	2/9/2010
TROPICAL CONSTRUÇÕES LTDA.	03.440.031/0001-51	006.584/2002-1	AC-2082/2004-P	SECEX-MG	29/3/2005	29/3/2010
YCAL	35.343.425/0001-88	005.672/2000-5	AC-782/2004-P	SECEX-PE	14/10/2005	15/10/2010
Total de Responsáveis: 42 - Atualizado em: 11/9/2008						

- Em consequência, as UG verifiquem possíveis contratações com as referidas empresas e tomem as providências decorrentes.

ANEXO “C”

ACOMPANHAMENTO DE DANOS AO ERÁRIO QUANDO INSCRITO POR OUTRA UG

Esta Inspetoria encaminhou à Diretoria de Auditoria, o Ofício abaixo transcrito



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

Recife-PE, 23 de abril de 2008

Ofício Nº 111-S2

Do Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças
do Exército.

Ao Sr Diretor de Auditoria

Assunto: acompanhamento de danos ao erário.

1. Versa o presente expediente sobre acompanhamento de danos ao erário quando instaurados procedimentos em outra UG diferente daquela que ocorreu o fato.
2. Essa inspetoria tem verificado que não há padronização em relação aos acompanhamentos dos procedimentos de danos ao erário, quando esses são instaurados por outra UG.
3. Podemos citar, por exemplo, os militares que atualmente encontram-se na inatividade, mas foram responsabilizados por dano, enquanto ainda estavam na ativa e que, ingressando na reserva remunerada o dano passou a ser acompanhado por outras UG, diferente daquela em que o dano foi ocasionado.
4. Diferentemente do exemplo acima, temos outros casos onde há informações tanto na UG que instaurou como na Unidade onde ocorreu o sinistro. Poderíamos explorar outro fato onde os registros só aconteceram na UG que instaurou o procedimento, nada ficando relatado na UG onde o fato foi ocasionado.
5. Esta chefia entende, salvo outro juízo, que o dano deverá ser acompanhado pela UG na qual o dano foi originado, independente de quem mandou instaurar o competente procedimento administrativo.
6. Com base nas informações acima, solicito a VExª a possibilidade de mandar ratificar ou retificar nosso entendimento.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO – CEL INT
Chefe da 7ª ICFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 8	
----------	---	-------	--

Em resposta esta Inspeção recebeu da Diretoria de Auditoria (**D Aud**), a Msg FAX, abaixo transcrita, versando sobre **Danos ao Erário**:

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS Anexo ao Bloco "O" CEP: 70.052-900 Brasília - DF	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS D AUD – SAGEF (DIRETORIA GENERAL SERZEDELLO CORRÊA)	FAX – FONE (061) 3317 - 3465
FAX	Nº 062 - SAGEF/D AUD	Nr Pág: 01
PARA	NOME: SR CHEFE DA 7ª ICFEX	
REMETENTE	NOME: DIRETORIA DE AUDITORIA	
ASSUNTO	DANOS AO ERÁRIO	
REFERÊNCIA	Of Nº 111-S2, de 23 de abril de 2008, da 7ª ICFEx	
"FAVOR NOS CONTACTAR, CASO NÃO RECEBA O TEXTO COMPLETO OU LEGÍVEL."		
<p>1. Trata o presente expediente sobre o acompanhamento de danos ao Erário.</p> <p>2. Em atenção ao nº 5 da referência, informo a essa Unidade de Controle Interno, que o acompanhamento deverá ser executado, tanto pela Unidade Gestora onde ocorreu o fato gerador, como também, quando for o caso, pela Unidade Gestora que mandou instaurar o procedimento de apuração.</p> <p>Quartel General Marechal Bittencourt, Brasília-DF, 10 de setembro de 2008.</p> <p>PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA – Cel Int QEMA Subdiretor de Auditoria</p> <p>OSORIO 200 ANOS</p> <p>"É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever"</p>		

ANEXO “D”**ACOMPANHAMENTO DE DANOS AO ERÁRIO QUANDO INSCRITO NA DAU**

Esta Inspeção encaminhou à Diretoria de Auditoria, o Ofício abaixo transcrito



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

Recife-PE, 24 de abril de 2008

Ofício nº 110 – S2

Do Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Ao Sr Diretor de Auditoria

Assunto: acompanhamento de Procedimento
inscrito na DAU

1. Versa o presente expediente sobre a necessidade de acompanhamento de danos ao erário quando inscritos na Dívida Ativa da União (DAU).

2. Na última reunião de chefes de ICFEx, esta Chefia asseverou que seria prudente manter o acompanhamento cerrado dos procedimentos encaminhados para inscrição na DAU. É oportuno lembrar que tal acompanhamento poderá ser mediante consulta à página na intranet da PGFN, ou que o representante legal poderá dirigir-se a uma unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional mais próxima da UG, para obter esclarecimentos sobre a dívida, ou sobre o andamento do processo.

3. O tema relativo ao acompanhamento dos processos inscritos é bastante discutível. Para uns, o fato de obter esclarecimentos sobre processos inscritos na Procuradoria, por si só, evidencia ingerência em outra instância, mas para outros se constitui em ato de controle administrativo do órgão competente que apurou os fatos. Talvez a segunda opção seja o entendimento do TCU, que ao determinar informações sobre um procedimento, solicita acompanhamento atualizado da dívida.

4. Diante do exposto, submeto a V Exª o presente dilema, solicitando a possibilidade de mandar estudar o tema e orientar esta inspeção quanto ao correto acompanhamento dos procedimentos inscritos na Dívida Ativa da União.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO – Cel Int
Chefe da 7ª ICFEx

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	Pág 10	
----------------------	--	--------	--

Em resposta esta Inspeção recebeu da Diretoria de Auditoria, o Ofício abaixo transcrito



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DIRETORIA DE AUDITORIA
(D Aud 1982)**

Brasília-DF, 04 de setembro de 2008

Ofício nº 070 – SPE/D Aud

Do Sr Diretor de Auditoria

**Ao Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército**

Assunto: Danos ao Erário

Rfr: Of nº 110-S/2, de 24 de abril de 2008, dessa
Inspeção

1. Versa o presente expediente sobre a necessidade de acompanhamento de danos ao erário, quando inscritos na Dívida Ativa da União (DAU).

2. Atendendo à solicitação contida no ofício referenciado, esta Diretoria entende que esse acompanhamento deve ocorrer até a entrega da documentação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A partir desse momento, a Unidade responsável pelo encaminhamento do processo realizará consultas à internet, ou quando necessário, por representante legal diretamente na unidade da PGFN.

Gen Bda JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor de Auditoria

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes. E paralelamente, cumpram as orientações contidas no Ofício Nº 010-SPEC/D Aud/SEF - Circular, de 18 Mar 04, transcrito na íntegra na próxima página.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DIRETORIA DE AUDITORIA
(D Aud 1982)

Brasília, 18 de março de 2004.

Of nº ~~010~~ – SPEC/D Aud/SEF – CIRCULAR

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Chefe da ^a Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: apuração de irregularidades administrativas

Ref.: Port. 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003.

Anexo: - Modelo de Relatório de Acompanhamento da
Apuração de Indícios de Irregularidades
Administrativas.

1. Versa o presente expediente sobre o modelo de Relatório de Apuração de Indícios de Irregularidades Administrativas, de que trata o art. 30 da Port. nº 008-SEF/2003.
2. Encaminho a essa Chefia o modelo a ser remetido trimestralmente à Diretoria de Auditoria, para análise e acompanhamento dos procedimentos e processos instaurados nas Unidades Gestoras de vinculação dessa Inspeção.
3. Solicito a essa Chefia que mantenha nos relatórios as informações acerca de cada procedimento, até que seja implementado o ressarcimento total do prejuízo apurado ou realizada a efetiva inscrição em Dívida Ativa da União, se for o caso.
4. As informações relativas a outras providências adotadas e o andamento sobre o ressarcimento do dano à Fazenda Nacional deverão ser incluídas no Relatório de Prestação de Contas Mensal, bem como no Relatório de Gestão da UG, quando da elaboração das Tomadas de Contas Anuais.
5. Do exposto, solicito a essa Chefia que seja dado conhecimento às Unidades Gestoras vinculadas do teor deste ofício, com intuito de ressaltar as informações necessárias à manutenção dos controles dessa Inspeção acerca da apuração de indícios de irregularidades administrativas.


Gen Div JOSÉ FELIPE BIASI
Subsecretário de Economia e Finanças

(MODELO)

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

_____* INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

TRIMESTRE: _____

UG/CÓDIGO: (1)	TIPO DE PROCEDIMENTO: (Sindicância, IPM, IT, Perícia Contábil ou Processo Administrativo)	ATO DE INSTAURAÇÃO: (nº e data)	PERÍODO DA OCORRÊNCIA:
OBJETO: (Irregularidade a ser apurada, setor da Unidade e, se for o caso, os possíveis envolvidos)			
FATO APURADO: (descrição sucinta dos fatos apurados após solução do procedimento ou informação quanto ao andamento da apuração)			
SITUAÇÃO ATUAL (2)			
Quantificação do Prejuízo: (valor original)	Qualificação do(s) Responsável(is): (relacionar nome dos responsáveis identificados)		
Forma de ressarcimento:	Medidas adotadas pela OM/UG: (3)		

UG/CÓDIGO: (1)	TIPO DE PROCEDIMENTO: (Sindicância, IPM, IT, Perícia Contábil ou Processo Administrativo)	ATO DE INSTAURAÇÃO: (nº e data)	PERÍODO DA OCORRÊNCIA:
OBJETO: (Irregularidade a ser apurada, setor da Unidade e, se for o caso, os possíveis envolvidos)			
FATO APURADO: (descrição sucinta dos fatos apurados após solução do procedimento ou informação quanto ao andamento da apuração)			
SITUAÇÃO ATUAL (2)			
Quantificação do Prejuízo: (valor original)	Qualificação do(s) Responsável(is): (relacionar nome dos responsáveis identificados)		
Forma de ressarcimento:	Medidas adotadas pela OM/UG: (3)		

OBSERVAÇÕES:

- (1) Informar sigla e código. OM que não for UG, informar o nome da OM e a UG de vinculação.
 (2) Somente incluir estes campos após encerrado o procedimento (sindicância, IPM, IT, perícia contábil ou processo administrativo) e tendo sido verificado prejuízo à Fazenda Nacional.
 (3) Informar as ações realizadas para realizar o ressarcimento, inclusive o eventual encaminhamento à Advocacia Geral da União (AGU).

LOCAL/DATA

CHEFE DA * ICFeX

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 13	
----------	---	--------	--

ANEXO “E”

DESPESAS COM OCS/PSA

Esta Inspeção encaminhou à SEF A Mensagem SIAFI 2008/0968844, de 27/08/08, abaixo transcrita, versando sobre despesa OCS/PSA:

DO: CH 7 ICFeX

AO: SR SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

ASSUNTO: DESPESA OCS/PSA-7 ICFeX-S/3

REF.: OF NR 184-A/2, SEF, DE 20 NOV 07;

OF NR 026-A/2, SEF, DE 19 MAR 07, E

OF NR 092-A/2, SEF, DE 25 JUN 07.

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE DESPESA OCS/PSA.

2. RETRANSMISSÃO DA MENSAGEM 2008/0894197, DE 08 AGO 08, DA UG 160036-CMDO 6 RM:

XX

DO OD CMDO 6ª RM

AO SR CH 7A ICFeX

VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE DESPESAS COM OCS/PSA

EM VIRTUDE DO CONTEÚDO DA MENSAGEM CIRCULAR NR 156/2007 DESSA CHEFIA, PARTICULAMENTE A LETRA E, SOLICITO-VOS INFORMAR SE EFETIVAMENTE É PRECISO FAZER NOVOS PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS/CREDENCIAMENTOS DE OCS/PSA. ESSA INDAGAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA EM VIRTUDE DE QUE OS PROCESSOS DE PRORROGAÇÕES DE CONTRATO POSTOS PARA PARECER NESTE COMANDO SEGUIAM ACOMPANHADOS DE PROCESSO ORIGINÁRIO COM PARECER FEITO À ÉPOCA, JUSTIFICATIVA DA PRORROGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ESSA PRORROGAÇÃO FEITA PELA AUTORIDADE COMPETENTE CONFORME PRECONIZA O ART 57 PARÁGRAFO 2 DA LEI 8666/93. VISA TAMBÉM PADRONIZAR PROCEDIMENTOS.

LUIZ EUCLIDES PALMEIRA LEITE - TCEL

OD - 160036

XX

3. INFORMO A V EX QUE COM BASE NOS DOCUMENTOS CITADOS NA REFERÊNCIA, VERIFICOU-SE QUE PARA EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES DEVERÃO SER ELABORADOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS/TÊRMO DE CREDENCIAMENTO (PRAZO MÁXIMO: 60 MESES - INCISO II, ART 57 DA LEI NR 8.666/93, INSTRUIDOS ANTECIPAMENTE POR NOVOS PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ENTRETANTO, ESTA INSPEÇÃO ENTENDE QUE NÃO SE FAZ NECESSÁRIO NOVOS PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, HAJA VISTA A NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO.

4. EM CONSEQUÊNCIA, SOLICITO A V EXA VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE MANDAR APRECIAR O ASSUNTO EM QUESTÃO, A FIM DE RATIFICAR OU RETIFICAR O ENTENDIMENTO DA UG E DESTA ICFeX.

RECIFE-PE, 27 DE AGOSTO DE 2008

JOSE ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - CEL INT

CHEFE 7 ICFeX

OBS.: COPIA PARA A UG 160036-CMDO 6 RM

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	<i>Pág 14</i>	
----------	--	---------------	--

EM RESPOSTA AO SOLICITADO POR ESTA INSPETORIA, A SEF EMITIU O SEGUINTE PARECER, ATRAVES DA MENSAGEM NR 2008/0978557, DE 28/08/08:

DO: SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AO: SR CHEFE DA 7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

REF: MENSAGEM SIAFI 2008/0968844, DE 27 DE AGOSTO DE 2008.

1. EM ATENÇÃO AO EXPEDIENTE DA REFERÊNCIA, INFORMO A ESSA INSPETORIA QUE A SEF CONCORDA COM O ENTENDIMENTO EXPOSTO, NO SENTIDO DE, NA SITUAÇÃO ENFOCADA, NÃO CABER NOVO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE EM RAZÃO DA NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR OCS/PSA.

2. INFORMO, AINDA, QUE PARA OS CONTRATOS E CREDENCIAMENTOS CELEBRADOS COM PREVISÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 60 (SESSENTA) MESES, PODERÁ SER UTILIZADA A FACULDADE CONSTANTE DO PARÁGRAFO 8º, DO ART 65, DA LEI Nº 8.666/93, COM SUBSTITUIÇÃO DO ADITAMENTO PELO APOSTILAMENTO, QUANDO FOR O CASO DE VARIAÇÃO DO VALOR PARA FAZER FACE, DENTRE OUTROS, AO REAJUSTE DE PREÇOS.

BRASILIA - DF, 28 DE AGOSTO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS
"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES
O CAMINHO DO DEVER"

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 15	
----------	---	--------	--

ANEXO “F” IRREGULARIDADE NO SICAF

Esta Inspeção encaminhou à SEF A Mensagem abaixo transcrita, versando sobre Irregularidade no SICAF:

MENSAGEM NR 2008/0923690, DE 15/08/08.
DO CHEFE DA 7ª ICFeX
AO SR SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
ASSUNTO: IRREGULARIDADE NO SICAF - 7 ICFeX - S/3

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE SITUAÇÃO IRREGULAR, NO SIAFI, DE OCS/PSA.
2. A FIM DE SUBSIDIAR O ESTUDO, RETRANSMITO A V EXA A MENSAGEM NR 2008/0548286, DA 19 CSM:

XX

DO: CHEFE DA 19ª CSM
AO: SR CHEFE DA 7ª ICFeX
ASSUNTO: IRREGULARIDADE NO SICAF COM OCS/PSA

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE IRREGULARIDADE NO SICAF COM OCS/PSA.
2. INFORMO-VOS QUE ESTA OM POSSUI NOVE OCS/PSA NÃO CADASTRADAS OU COM IRREGULARIDADES NO SICAF.
3. APÓS VISITA TÉCNICA DESSA ICFeX EM 2007, ESTA CHEFIA FEZ DIVERSAS GESTÕES JUNTO A ESSAS OCS/PSA SOLICITANDO QUE AS MESMAS SANASSEM AS IRREGULARIDADES, O QUE NÃO ACONTECEU ATÉ O PRESENTE MOMENTO.
4. A GUARNIÇÃO DE ARACAJU POSSUI UMA ÚNICA OCS QUE ATENDE CASOS DE EMERGÊNCIA E QUE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO IRREGULAR.
5. DO EXPOSTO ACIMA, SOLICITO-VOS ORIENTAÇÃO DE COMO PROCEDER EM VIRTUDE DOS FATOS NARRADOS.

ARACAJU-SE, 15 DE MAIO DE 2008
OTTO AMORIM DE FARIA - CEL
CHEFE DA 19ª CSM

XX

3. SOBRE O ASSUNTO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA MENSAGEM NR 2007/1305114, DE 04 OUT 07, DA CCONT/STN, VERSANDO SOBRE CONSULTA AO SICAF E, LEVANDO EM CONTA A ESCASSEZ DE OCS PARA ATENDIMENTO A CASOS DE EMERGENCIA, ESTA ICFeX ENTENDE QUE A UG, A CRITERIO DO OD, PODERA EMITIR EMPENHO EM FAVOR DA OCS EM QUESTAO, REGISTRANDO A JUSTIFICATIVA NO RPCM, SEMPRE QUE O FATO OCORRER.
4. OUTROSSIM, A UG DEVERA CONTINUAR A ENVIDAR ESFORÇOS JUNTO A OCS, NO SENTIDO DE REGULARIZAR A SITUAÇÃO DA MESMA JUNTO AO SICAF.
5. ISTO POSTO, SOLICITO A V EXA A POSSIBILIDADE DE MANDAR RATIFICAR OU RETIFICAR O ENTENDIMENTO DESTA SETORIAL CONTABIL.

RECIFE-PE, 15 DE AGOSTO DE 2008
GERALDO LUIZ DOS SANTOS-TC INT
RESP CHEFIA 7 ICFeX

OBS.: COPIA PARA UG 160453-19 CSM.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	Pág 16	
----------	--	--------	--

Em resposta esta Inspeção recebeu da SEF a Mensagem abaixo transcrita:

MENSAGENSIAFI: 2008/0969748, DE 27/08/08, DA SEF.
 ASSUNTO: IRREGULARIDADE NO SICAF - A/2 - SEF
 DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
 AO: SR CHEFE DA 7ª INSPEÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
 REF: MENSAGEM SIAFI 2008/0923690-7ª ICFeX, DE 15 DE AGOSTO DE 2008.

1. TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DE ATENDER CONSULTA ACERCA DE IRREGULARIDADE DE ORGANIZAÇÕES CÍVIS DE SAÚDE (OCS) E PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) NO SICAF.
2. EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO CONTIDA NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, INFORMO A ESSA CHEFIA QUE É DE SUMA IMPORTÂNCIA QUE A UG, ANTES DE EFETUAR O CREDENCIAMENTO DE OCS/PSA, VERIFIQUE A SITUAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DAQUELES CREDORES, TENDO EM VISTA AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NOS INCISOS III E IV, DO ARTIGO 29, DA LEI Nº 8.666/93, E NA DECISÃO PLENÁRIA Nº 705/94-TCU, ALÉM DO PRECEITO CONSTITUCIONAL TRANSCRITO NO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO 195.
3. CONSIDERANDO QUE A GUARNIÇÃO DE ARACAJU - CONFORME EXPOSIÇÃO DO CHEFE DA 19ª CSM NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA - POSSUI SOMENTE UMA OCS CADASTRADA NO SICAF E EM SITUAÇÃO IRREGULAR, ESSA CHEFIA DEVERÁ ORIENTAR AQUELA UG NO SENTIDO DE QUE AS DESPESAS JÁ REALIZADAS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS, DEVERÃO SER OBJETO DE PAGAMENTO COM O REGISTRO DAS JUSTIFICATIVAS NO RESPECTIVO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL (RPCM).
4. QUANTO ÀS DESPESAS EMPENHADAS E AINDA NÃO LIQUIDADAS, A UG DEVERÁ CONVOCAR A OCS INSCRITA NO SICAF PARA COMPARECIMENTO PERANTE A RESPECTIVA UNIDADE CADASTRADORA, PARA RENOVAÇÃO ANUAL DA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO VENCIDA, FIXANDO UM PRAZO NÃO SUPERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS, PARA A REGULARIDADE FISCAL PRETENDIDA.
5. FINALMENTE, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO ITEM 9, DO OFÍCIO Nº 038-A/2-SEF-CIRCULAR, DE 21 DE MAIO DE 1997; E AS CONSIDERAÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 3. E 4., DA MENSAGEM SIAFI DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RATIFICA O ENTENDIMENTO DESSA SETORIAL CONTÁBIL.

BRASILIA - DF, 27 DE AGOSTO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
 SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSÓRIO 200 ANOS

"É FÁCIL A MISSÃO DE COMANDAR HOMENS LIVRES: BASTA MOSTRAR-LHES
 O CAMINHO DO DEVER"

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	Pág 17	
----------	--	--------	--

ANEXO “G”

PAGAMENTO DE FATURA DO CPGF COM DOIS SUPRIMENTOS DE FUNDOS

MENSAGEM NR 2008/0785221, DE 11 JUL 08, DA 9ª ICFeX

DO CHEFE DA 9ª ICFeX

AO SR CHEFE DO GABINETE DA D CONT

REF.: PORTARIA NR 012-SEF, DE 16 JUN 08

MSG NR 199-S/3

2. ESTA INSPETORIA RECEBEU DA UG 160158-CMDO 13 BDA INF MTZ A MSG SIAFI NR 2008/0780011, DE 10 JUL 08, COM O SEGUINTE TEOR:

“ASSUNTO: ORDEM BANCÁRIA CANCELADA DE CPGF – CMDO 13ª BDA INF MTZ

TEXTO : DO OD CMDO 13ª BDA INF MTZ

AO SR CH 9ª ICFeX

ESTA UG FEZ CONCESSÃO, AO MESMO AGENTE SUPRIDO, DE DOIS SUPRIMENTOS DE FUNDOS, UM DELES NA ND 30 NO VALOR DE R\$ 2.000,00 E OUTRO NA ND 39 NO VALOR DE R\$ 2.000,00 UTILIZANDO O CPGF. NO ATO DA LIQUIDAÇÃO FORAM INCLuíDOS DOIS DOCUMENTOS NO ATUCPR, UM SF PARA CADA ND, AMBOS UTILIZANDO-SE DA SITUAÇÃO S15.

POR OCASIÃO DO PAGAMENTO DA FATURA DO REFERIDO CARTÃO, O BANCO DO BRASIL EMITIU FATURA UNIFICADA NO VALOR DE R\$ 3.785,01, NÃO DISCRIMINANDO OS VALORES DOS DÉBITOS POR ND. ESTA UG, DE ACORDO COM A COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS APRESENTADAS PELO AGENTE SUPRIDO, FEZ A CONTABILIZAÇÃO DAS MESMAS POR ND E EFETUOU O PAGAMENTO TOTAL DA FATURA. PARA TANTO, FOI NECESSÁRIO EFETUAR O PAGAMENTO “PARCIAL” DA FATURA CONFORME OS GASTOS NA ND 30 (R\$ 1.999,26) E NA ND 39 (R\$ 1.785,75).

O VALOR PAGO NA ND 39 FOI PROCESSADO REGULARMENTE, NO ENTANTO O VALOR PAGO NA ND 30 FOI CANCELADO PELO SISTEMA SOB A OCORRÊNCIA DO CÓDIGO DE BARRAS INVÁLIDO, GERANDO SALDO NA CONTA 21263.00.00 – OB CANCELADAS.

NA TENTATIVA DE RESOLVER A SITUAÇÃO, ESTA UG TENTOU REINCLUIR A DEDUÇÃO BBCT NO MESMO VALOR DO COMPROMISSO CANCELADO, NO MESMO DOCUMENTO SF ANTERIORMENTE GERADO, NO QUE FOI IMPOSSIBILITADA PELO SISTEMA DEVIDO A SOMA DO NOVO COMPROMISSO, JUNTADO AO ANTERIORMENTE CANCELADO, SER SUPERIOR AO VALOR EMPENHADO NA ND 30 (R\$ 2.000,00).

TAMBÉM HOUVE A TENTATIVA DE INCLUIR NOVO DOCUMENTO SF NO ATUCPR UTILIZANDO A SITUAÇÃO T23, ONDE NÃO HOUVE ÊXITO. (MSG NR 003 – S/3 CIRCULAR, DE 03 JAN 08, DESSA INSPETORIA).

DO EXPOSTO, SOLICITO-VOS INFORMAR QUAL O PROCEDIMENTO A ADOTAR PARA RESOLVER ESTA PENDÊNCIA E TAMBÉM COMO SE DARÁ A APROPRIAÇÃO E PAGAMENTO DE MULTA/ENCARGOS FINANCEIROS PELO NÃO PAGAMENTO DA FATURA NA DATA DE SEU VENCIMENTO, UMA VEZ QUE, CERTAMENTE, SERÁ ULTRAPASSADO O VALOR DO EMPENHO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS EMPENHADO.

CUIABÁ, MT, 10 DE JULHO DE 2008
MARCELO SILVA DA FONSECA – NÃO CEL
OD CMDO 13ª BDA INF MTZ”

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008</i>	Pág 18	
----------	--	--------	--

2- DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, CONSIDERANDO QUE A PORTARIA ACIMA REFERENCIADA, BEM COMO O MANUAL SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.21, NÃO DETALHA PROCEDIMENTOS PARA TAL SITUAÇÃO, SOLICITO-VOS ORIENTAÇÕES PARA PAGAMENTO DA FATURA NA ND 30, CONFORME DESCRITO ACIMA, E DOS ACRÉSCIMOS DE MULTAS/ENCARGOS FINANCEIROS CORRESPONDENTES.

CAMPO GRANDE-MS, 11 DE JULHO DE 2008.
MARCOS VINICIUS SOARES MARANHÃO – CEL
CHEFE DA 9ª ICFEX

MENSAGEM NR 20080871292, DE 04 AGO 08, DA D CONT

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AO: SR CHEFE DA 9ª ICFEX

REF: MSG NR 2008/0785221, DE 11 JUL 08, DESSA INSPETORIA

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE PAGAMENTO DE FATURA DO CPGF.

2. EM ATENÇÃO A MENSAGEM DA REFERÊNCIA, SOLICITO A ESSA CHEFIA ORIENTAR A UG A SEGUIR OS PROCEDIMENTOS ABAIXO.

A. SOLICITAR A AGÊNCIA DE RELACIONAMENTO OUTRA FATURA COM O VALOR PENDENTE DE PAGAMENTO, SEM JUROS E MULTA;

B. GERAR NO CPR,UM DOCUMENTO HÁBIL SF, COM A SITUAÇÃO T23;

C. GERAR UMA NOVA LISTA DE FATURA E ASSOCIÁ-LA AO DOCUMENTO GERADO NA LETRA B ACIMA; E

D. REALIZAR O PAGAMENTO.

3. QUANTO AO PAGAMENTO DA MULTA/JUROS POR ATRASO NO PAGAMENTO DA FATURA, O ORDENADOR DE DESPESA DEVERÁ SEGUIR A ORIENTAÇÃO DA MACROFUNÇÃO 02.11.21, ITEM 4.1.3, DO MANUAL SIAFI.

BRASILIA-DF, 04 DE AGOSTO DE 2008.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE

(Transcrito do B Info Nº 08, de 29 Set 2008, da 9ª ICFEx)

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 19	
----------	---	--------	--

ANEXO “H”

INFORMAÇÕES DOS CNPJ NOVOS NA GPS E GFIP/SEFIP

Esta Inspeção encaminhou à SEF, a MSG SIAFI abaixo transcrita:

MENSAGEM: 2008/0989195, de 01/09/08 da 7ª ICFeX

ASSUNTO: REMESSA DE GFIP

DO CH 7 ICFeX

AO SR SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE INFORMACAO DOS CNPJ NOVOS NA GPS (GUIA DA PREVIDENCIA SOCIAL) E GFIP/SEFIP (GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL/SISTEMA EMPRESA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL).

2. EM FUNCAO DA ATIVACAO DOS NOVOS CNPJ PARA AS UG DO EXÉRCITO BRASILEIRO, E EM FACE DOS CNPJ ANTIGOS AINDA ESTAREM ATIVOS, CADA UG VINCULADA ENCONTRA-SE, ATUALMENTE, COM TRES CNPJ (O ANTIGO, O DA UG PRIMARIA E O DA UG SECUNDARIA). DESSE MODO, ALGUMAS UG VINCULADAS ESTAO COM DUVIDAS, SOBRETUDO, NO QUE SE REFERE A EMISSAO DA GFIP.

3. CONSIDERANDO QUE ESTA HAVENDO RETENCOES PELAS UG VINCULADAS, SENDO NECESSÁRIO PRESTAR INFORMACOES A CAIXA ECONOMICA FEDERAL(CEF), ESTA ICFeX ENTENDE QUE AS UG DEVERAO REALIZAR A CERTIFICAÇÃO DIGITAL, JUNTO AQUELA INSTITUICAO DOS NOVOS CNPJ, A FIM DE POSSIBILITAR A UTILIZACAO DOS MESMOS, NOS DOCUMENTOS DE RETENCAO E NA EMISSAO DA GFIP/SEFIP. EM CONSEQUENCIA, AS UG DEVERAO, MENSALMENTE, PROCEDER CONFORME ABAIXO:

A) EMITIR UMA GFIP PARA CADA CNPJ DA UG (PRINCIPAL E SECUNDARIA), CONFORME O MOVIMENTO DO SIAFI; E

B) CONFECCIONAR UMA GFIP/SEFIP SEM MOVIMENTO PARA O CNPJ ANTIGO, ATÉ QUE O MESMO SEJA DESATIVADO JUNTO A CEF.

4. ISTO POSTO, SOLICITO A V EXA A POSSIBILIDADE DE MANDAR PRESTAR INFORMACOES SOBRE O ASSUNTO, RATIFICANDO OU RETIFICANDO O ENTENDIMENTO DESTA ICFeX, A FIM DE MELHOR ORIENTAR AS UG VINCULADAS A ESTA SETORIAL CONTABIL.

RECIFE-PE, 01 DE SETEMBRO DE 2008
GERALDO LUIZ DOS SANTOS - TC INT
RESP CHEFIA 7 ICFeX

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 09, de 30 de setembro de 2008	Pág 20	
----------	---	--------	--

Em resposta, esta Inspetoria recebeu da SEF, a MSG SIAFI abaixo transcrita:

MENSAGEM: 2008/1016511, de 08/09/08, SEF.

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS CNPJ NOVOS NA GPS E GFIP/SEFIP - A/2 SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AO: CHEFE DA 7ª ICFEX

REFERÊNCIA: MSG SIAFI 2008/0989195, DE 01 SET 08, DESSA 7ª ICFEX.

1. TRATA A PRESENTE MENSAGEM DE DIRIMIR DÚVIDA DE UG VINCULADA A ESSA ICFEX, QUANTO A INFORMAÇÃO DOS CNPJ NOVOS E ANTIGOS, NA GPS (GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) E GFIP/SEFIP (GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL).

2. INFORMO A ESSA CHEFIA QUE ESTA SECRETARIA, APÓS ESTUDAR O ASSUNTO EM CONJUNTO COM A DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (DGO), RATIFICA O ENTENDIMENTO DESSA INSPETORIA.

3. CONSIDERANDO QUE AS UG ESTÃO COM 03 (TRÊS) CNPJ ATIVOS, ATÉ QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) DÊ BAIXA NO CNPJ ANTIGO - PROCEDIMENTO QUE PODE DEMORAR ATÉ 02 (DOIS) ANOS - AS UG VINCULADAS DEVEM MENSALMENTE, A FIM DE EVITAR INCONSISTÊNCIAS, ADOPTAR AS ROTINAS QUE SE SEGUEM:

A. CABERÁ À UG QUE REALIZAR RETENÇÕES, EM QUAISQUER CNPJ, PRESTAR INFORMAÇÕES À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), REALIZANDO A CERTIFICAÇÃO DIGITAL, NO CASO DOS CNPJ NOVOS, PARA POSSIBILITAR A UTILIZAÇÃO DOS MESMOS NOS DOCUMENTOS DE RETENÇÃO E NA EMISSÃO DA GFIP/SEFIP.

B. EMITIR UMA GFIP/SEFIP PARA CADA CNPJ DA UG (PRINCIPAL E SECUNDÁRIA), CONFORME O MOVIMENTO DO SIAFI.

C. CONFECCIONAR UMA GFIP/SEFIP SEM MOVIMENTO PARA O CNPJ ANTIGO, ATÉ QUE O MESMO SEJA DESATIVADO PELA RFB E, EM CONSEQUÊNCIA, EXCLUÍDO DO BANCO DE DADOS DA CEF.

4. ESTA SECRETARIA AGRADECE A COLABORAÇÃO PRESTADA, PELO FATO DE ESTAR REVESTIDA DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS-NORMATIVOS, OS QUAIS SERÃO OBJETO DE DIFUSÃO ÀS DEMAIS ICFEX.

BRASÍLIA - DF, 08 DE SETEMBRO DE 2008

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”